



## Relatório INSP-2019-0152

### BI-2019-0050

#### 1 – Dados gerais

##### 1.1 - Inspeção

**Data:** 29/05/2019      **Hora:** 11:35      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

##### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades.

No local foi contactada a Sr.ª Dina Maria Garcia Serpa Salvador, assistente técnica e a Eng.ª Ana Isabel Câmara Serpa, responsável do matadouro.

Foi realizada uma ação inspetiva em 2017-09-06, da qual resultou o relatório INSP-2017/0324, de 06 de outubro de 2017.

Foi realizada uma visita às instalações, foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente separação e encaminhamento de resíduos, águas residuais, emissões atmosféricas e deteção de fugas em equipamentos de frio.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

##### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA)      **NIPC/NIF:** 512021155

**Sede/morada:** Rua do Passal, n.º 150

**Código Postal:** 9501-096

**Freguesia:** Ponta Delgada (São Sebastião)

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel

##### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Matadouro da ilha das Flores

**Endereço:** Estrada dos Vales nº 2

**Código Postal:** 9970-380

**Freguesia:** Santa Cruz das Flores

**Concelho:** Santa Cruz das Flores

**Ilha:** Ilha das Flores

**Atividade principal:** 84130 – Administração pública – atividades económicas.

**Outras atividades:** 10110 - Abate de gado (produção de carne)



**Período de funcionamento:** Das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

**Licenciamento da atividade:** N.º Controlo veterinário A 87; Licença sanitária n.º 033/02; Licença de exploração industrial “Estabelecimento do tipo 1”, de 20-06-2013

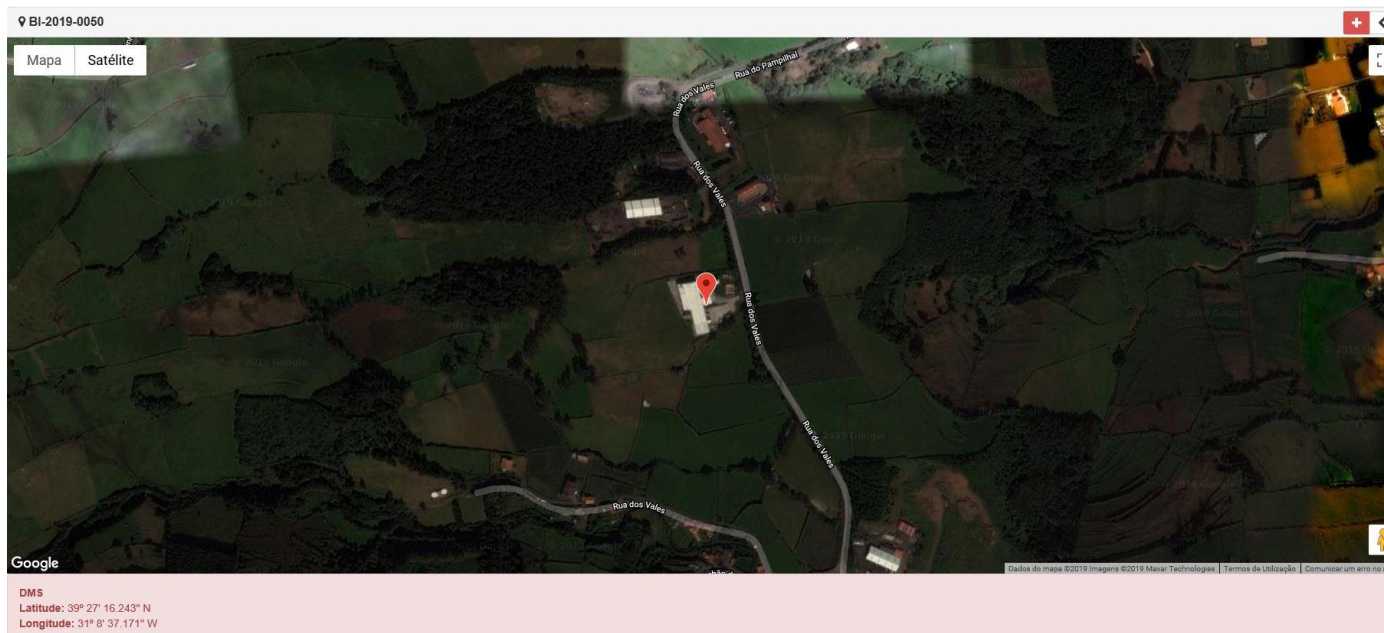


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O matadouro só faz abate de bovinos, suínos e pequenos ruminantes (ovinos e caprinos).

O estabelecimento tem abegoaria, sala de abate, triparia e várias câmaras de frio, associadas por dois grupos de frio (um de R-422D e um de R-404A). Tem escritórios, refeitório, balneários, central térmica, central de ar comprimido e estação de tratamento de águas residuais (ETAR).

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

O matadouro faz cloração da água que recebe da rede pública.

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Wc, balneários e refeitório	ETAR	Solo
<input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	Instalação industrial,	ETAR	Solo
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro.

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2019/18
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Não cumpriu com a periodicidade de monitorização em 2018. Monitorizou em setembro de 2018 (17-09-2018) e só voltou a monitorizar em dezembro de 2018 (10-12-2018)
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Não cumpre com o envio na periodicidade bimensal conforme ponto 24 da AR/2019/18. Boletim n.º 7838/2018, da recolha 14-05-2018, foi enviado em junho de 2018; boletim 12272/2018, da recolha de 30-07-2018, foi enviado em outubro de 2018; boletim 14826/2018, da recolha de 17-09-2018, foi enviado em novembro de 2018; boletim 1540/2019, da recolha de 05-01-2019, foi enviado em maio de 2019



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Teve uma avaria no compressor principal, não comunicou nem informou a substituição por um de menor dimensão, com influencia nas condições de descarga.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido parcialmente	Não implementou medidas corretivas em tempo, para evitar o incumprimento dos VLE do parâmetro Azoto total nos meses de julho, setembro e dezembro de 2018 e janeiro de 2019. Não cumpre os VLE para o parâmetro Azoto Total, nos meses de julho, setembro e dezembro de 2018 e janeiro de 2019.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Oficina de manutenção	Outro	Não encaminha resíduos desde 2017
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina de manutenção e linha de abate	Outro	Não encaminha resíduos desde 2017
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	Linha de abate	Outro	Não encaminha resíduos desde 2016
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Escritório e refeitório	Entidade de recolha de resíduos	

### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Mistura de resíduos num dos contentores.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Faz armazenamento de resíduos hospitalares por períodos superiores a sete dias, de resíduos perigosos não urbanos e resíduos não urbanos por períodos superiores a um ano.
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Não faz encaminhamento de óleos minerais usados desde 2017.
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Aprovado em 2018-02-02.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Mistura de resíduos perigosos (invólucros dos fulminantes) com resíduos não perigosos.
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Não faz o encaminhamento dos resíduos hospitalares (laminas de bisturi) desde 2016.
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Submetido em 2019-02-08. O mapa do SRIR relativamente ao ano de 2018, tem imprecisões, como o destino final ser o próprio matadouro.
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Não faz encaminhamento de óleos minerais usados desde 2017.
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

Fotos:

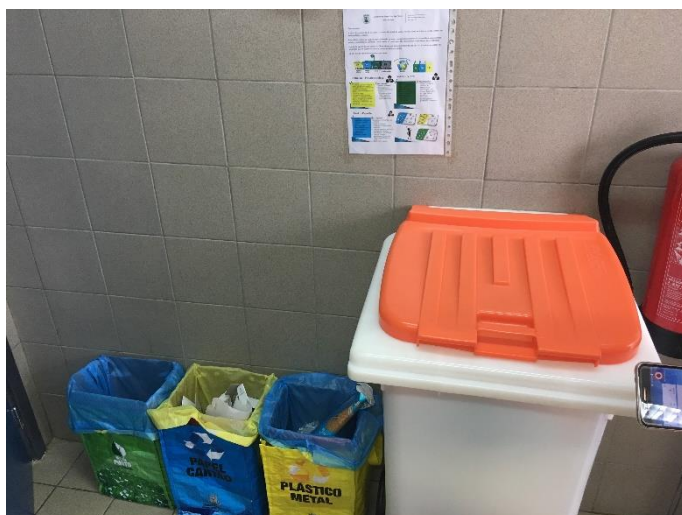


Foto 1 – Contentores de resíduos.



Foto 2 – Mistura de resíduos. Mistura de resíduos perigosos com outras tipologias de resíduos..



## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Hipoclorito de sódio
DU - Utilizador final	P3-topax 66
DU - Utilizador final	P3-topax 91

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Cumprido	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não verificado	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Caldeira de vaporização rápida	Pontual	Atividade industrial	Sem tratamento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Monitorização efetuada em 14-07-2016, com frequência trienal. (PE_RG_1261_16_(123)).
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não cumprido	Monitorização efetuada em 2016-07-14, relatório enviado à autoridade ambiental em 2016-10-27.
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não verificado	
i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5		
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50		
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	Profroid; mod.: CR3SHD22X; n.º de série 981624	R-422D; 180 kg (491,23 TECO <sub>2</sub> )
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	Zanotti; mod. SF2654NO3N1/B; n.º série 1038506566	R-404A; 180 kg (705,89 TECO <sub>2</sub> )

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não cumprido	Para o sistema carregado com R-404A.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Cumprido	Técnico certificado: Paulo Sérgio Garcia Homem, certificado CENTERM nº FLU 1543; da empresa ColdWeen, Unipessoal, Lda. certificada pela CERTIF nº SAC-0995/2017. Técnico certificado: Luís António Teles Amaral, certificado CENTERM nº FLU 1116-A, funcionário do IAMA. Segundo a APA, “A obrigatoriedade de certificação para empresas prevista no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, aplicar-se-á apenas para as situações em que haja prestação de serviços para terceiros”.
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não cumprido	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Cumprido	Segundo informação da responsável do matadouro, por lapso, foi comunicada uma quantidade existente a 1 de janeiro de fluído R-422D diferente da existente, o lapso será corrigido na próxima comunicação.
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
----			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	

#### 7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona Industrial	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não verificado	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não verificado	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não verificado	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

### 9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	

#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

5. Descargas ou injeções de poluentes nas águas se superfície ou subterrâneas que requeiram TURH

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Não cumprido	Faz descarga de águas residuais no solo.

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (Alvará n.º AR/2019/18), nomeadamente as constantes das alíneas:

11. “Qualquer anomalia ou acidente com influência nas condições de descarga de águas residuais deve ser comunicada a estes serviços, nas 24 horas seguintes à ocorrência”;
20. “As condições de descarga a respeitar no autocontrolo analítico (...)”;
25. “Constituem ainda obrigações do titular da licença: (...) o funcionamento continuo e fiável dos equipamentos”.

em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenações ambientais muito graves previstas na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;



- b) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- c) Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- d) A realização, sem título, de operação de gestão de resíduos sujeitas aos regimes de licença ou concessão (armazenamento de resíduos no local de produção, por período superior a um ano), em violação do disposto no n.º 3 do art.º 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 229.º do diploma citado;
- e) Incumprimento da proibição de efetuar a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos (invólucros dos fulminantes da pistola de abate de gado 16 04 03\* - outros resíduos de explosivos) com outras categorias de resíduos (foto 2), substâncias ou materiais, sendo expressamente proibida a diluição de substâncias perigosas, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea v), da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- f) O incumprimento das normas de armazenamento e acondicionamento de resíduos hospitalares, em violação do disposto no art.º 47.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ix), da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- g) O não preenchimento dentro do prazo ou o preenchimento incorreto ou incompleto dos mapas de registo de resíduos no SRIR, bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- h) O incumprimento da obrigação de manter um registo atualizado dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa, em violação do disposto no artigo 6º do Regulamento (CE) nº 517/2014 de 16 de abril;
- i) O incumprimento do dever de dotar os equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa em quantidades iguais ou superiores a 500 toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub> com um sistema de deteção de fugas que alerte o operador ou uma empresa de assistência técnica de qualquer fuga, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril, configurando assim a prática de uma



contraordenação ambiental grave prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro;

- j) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

Notificação da empresa para proceder à regularização das infrações detetadas, nos seguintes termos:

- 1) Relativamente às 3 infrações descritas na alínea a), deverão passar a cumprir com as condições gerais e técnicas específicas elencadas no título de utilização de recursos hídricos (TURH), nomeadamente:
  - i. Passar a comunicar as anomalias ou acidentes que possam ter influência nas condições de descarga de águas residuais à entidade licenciadora;
  - ii. Encontrar uma solução técnica que permita passar a cumprir com os valores limites de emissão (VLE);
  - iii. Passar a realizar a implementação das medidas corretivas em tempo útil.
- 2) Relativamente à infração descrita na alínea b), deverão passar a efetuar o envio dos boletins da análise referentes aos autocontrolos à direção de serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território, com a periodicidade descrita no TURH;
- 3) Relativamente à infração descrita na alínea c), deverão implementar medidas que permitam a separação de todas as tipologias de resíduos produzidas, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente pela disponibilização de contentores nos locais de produção, que permitam proceder à separação por tipologias de resíduos;
- 4) Relativamente à infração descrita na alínea d), deverão solicitar licenciamento simplificado de acordo com o artigo 96.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, para a realização do armazenamento de resíduos por período superior a um ano, ou passar a encaminhar os resíduos para Operador de Gestão de Resíduos (OGR) licenciado num período inferior ou igual a um ano;
- 5) Relativamente à infração descrita na alínea e), deverão deixar de misturar resíduos perigosos, e resíduos perigosos (invólucros dos fulminantes da pistola de abate de gado) com outras tipologias de resíduos;
- 6) Relativamente à infração descrita na alínea f), deverão passar a encaminhar os resíduos hospitalares de acordo com o previsto no artigo 47.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, ou solicitar à Direção Regional do Ambiente (DRA), autorização para passar a encaminhar noutro prazo;



- 7) Relativamente à infração descrita na alínea g), deverão no preenchimento dos mapas do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos, relativamente ao ano de 2019, verificar para que a informação contida nos mesmos esteja a correta;
- 8) Relativamente à infração descrita na alínea h) deverão elaborar e manter um registo atualizado, dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa, podendo utilizar a folha de excel disponibilizada pela Direção Regional do Ambiente (DRA) ([http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/livres/Eq\\_Ref\\_AC\\_BC.htm](http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/livres/Eq_Ref_AC_BC.htm));
- 9) Relativamente à infração descrita na alínea i), deverão dotar os equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa em quantidades iguais ou superiores a 500 toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub> com um sistema de deteção de fugas que alerte o operador ou uma empresa de assistência técnica de qualquer fuga;
- 10) Relativamente à infração descrita na alínea j), deverão proceder à constituição de uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que lhes permitam assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.